

Delga
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Delga Participações S.A.

Diadema - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delga Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Delga Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Carlos da Costa Lima Junior
Contador CRC 1SP243339/O-9

Delga Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Caixa e equivalentes de caixa	5	189	2.620	9.350	2.865	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	19.113	14.622
Aplicações financeiras	6	12.962	11.681	20.009	11.802	Debêntures	16	-	-	3.906	16.081
Contas a receber de clientes	7	2.967	2.004	16.140	36.356	Fornecedores	17	42	3	57.523	53.814
Estoques	8	-	-	88.873	114.369	Obrigações trabalhistas e sociais	18	84	30	28.716	35.096
Impostos a recuperar	9	149	100	41.095	26.544	Obrigações fiscais e tributárias	19	42	46	12.164	12.769
Outros créditos		261	41	882	734	Imposto de renda e contribuição social a recolher		192	149	10.237	1.624
Total do ativo circulante		16.528	16.446	176.349	192.670	Parcelamentos de impostos	20	-	63	29.182	21.662
						Adiantamento de clientes	21	-	-	12.686	25.400
						Dividendos a pagar	10b	210	1.709	210	1.709
						Arrendamentos a pagar	13	-	-	1.239	-
						Outras contas a pagar		42	5	2.159	1.530
						Total do passivo circulante		612	2.005	177.135	184.307
Aplicações financeiras	6	-	-	2.291	1.642	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	18.582	13.739
Ativo disponível para venda		944	-	944	-	Debêntures	16	-	-	89.073	83.480
Empréstimos a partes relacionadas	10a	1.034	859	-	-	Parcelamentos de impostos	20	-	7	73.893	75.283
Antecipação de dividendos	10a	23.515	20.635	23.515	20.635	Passivo fiscal diferido	29b	-	-	-	1.003
Impostos a recuperar	9	-	-	75.974	17.231	Provisão para perdas em processos judiciais	22	98	98	1.566	1.566
Depósitos judiciais	22	274	30	2.738	2.548	Adiantamento de clientes	21	-	-	8.667	-
Outros créditos		-	-	123	123	Outras contas a pagar		-	-	4.920	-
Total do realizável a longo prazo		25.767	21.524	105.585	42.179	Investimentos com passivo a descoberto	11.a	1.856	-	-	-
						Arrendamentos a pagar		-	-	11.791	-
						Total do passivo não circulante		1.954	105	208.492	175.071
Investimentos	11	51.604	33.465	-	-	Patrimônio líquido	23				
Propriedades para investimento	12	12.729	13.944	5.169	6.306	Capital social		28.488	28.488	28.488	28.488
Direito de uso	13	-	-	12.405	-	Reserva de reavaliação		4.337	4.337	4.337	4.337
Imobilizado	14	-	-	189.631	201.100	Reserva de lucro		71.237	50.444	71.237	50.444
Intangível		-	-	550	392	Total do patrimônio líquido		104.062	83.269	104.062	83.269
Total do ativo não circulante		90.100	68.933	313.340	249.977	Total do passivo		2.566	2.110	385.627	359.378
						Total do passivo e patrimônio líquido		106.628	85.379	489.689	442.647
Total do ativo		106.628	85.379	489.689	442.647						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Delga Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita líquida	24	7.120	6.352	392.204	634.859
Custos dos produtos vendidos	25	<u>(478)</u>	<u>(288)</u>	<u>(401.801)</u>	<u>(567.398)</u>
Margem bruta		<u>6.642</u>	<u>6.064</u>	<u>(9.597)</u>	<u>67.460</u>
Despesas administrativas, comerciais e gerais	26	(1.820)	(1.566)	(27.994)	(29.144)
Outras (despesas) receitas operacionais	27	<u>100</u>	<u>(7)</u>	<u>60.234</u>	<u>10.493</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>4.922</u>	<u>4.491</u>	<u>22.643</u>	<u>48.810</u>
Receitas financeiras	28	660	945	33.684	9.712
Despesas financeiras	28	<u>(173)</u>	<u>(207)</u>	<u>(25.400)</u>	<u>(49.955)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>487</u>	<u>738</u>	<u>8.284</u>	<u>(40.243)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	11c	<u>16.476</u>	<u>1.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos		<u>21.885</u>	<u>6.943</u>	<u>30.927</u>	<u>8.567</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29a	(882)	(741)	(10.927)	(2.365)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29a	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.003</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>21.003</u>	<u>6.202</u>	<u>21.003</u>	<u>6.202</u>
Lucro por ação					
Lucro por ação - básico	29	0,0007	0,0002	0,0007	0,0002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Delga Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>21.003</u>	<u>6.202</u>	<u>21.003</u>	<u>6.202</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>21.003</u>	<u>6.202</u>	<u>21.003</u>	<u>6.202</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Delga Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de Lucro		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de Lucro		
Saldo em 1ª de janeiro de 2019	<u>28.488</u>	<u>4.337</u>	<u>5.698</u>	<u>38.605</u>	<u>-</u>	<u>77.128</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.202	6.202
Dividendos propostos	-	-	-	-	(61)	(61)
Destinação do lucro do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.141</u>	<u>(6.141)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>28.488</u>	<u>4.337</u>	<u>5.698</u>	<u>44.746</u>	<u>-</u>	<u>83.269</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.003	21.003
Dividendos propostos	-	-	-	-	(210)	(210)
Destinação do lucro do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.793</u>	<u>(20.793)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>28.488</u>	<u>4.337</u>	<u>5.698</u>	<u>65.539</u>	<u>-</u>	<u>104.062</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Delga Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		21.885	6.943	30.927	8.567
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		271	270	13.719	13.759
Depreciação de direito de uso	13	-	-	886	-
Encargos sobre empréstimos à partes relacionadas	10a	(175)	-	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	-	-	3.322	(211)
Juros sobre debêntures	16	-	-	4.052	4.210
Encargos sobre arrendamentos	13	-	-	522	-
Reversão de provisão de perda esperadas de créditos a receber	7	(100)	-	(100)	(25)
Custo residual na baixa de ativo imobilizado	14	-	-	1.360	1.961
Encargos de duplicatas descontadas		-	-	2.392	3.144
Outros		-	5	1	(3)
Resultado de equivalencia patrimonial	11b	(16.476)	(1.713)	-	-
Créditos extemporâneos		-	-	(86.131)	-
Variações em:					
Contas a receber de clientes		(863)	(253)	17.924	(16.413)
Estoques		-	-	25.496	(25.704)
Impostos a recuperar		(49)	215	12.835	28.054
Outros créditos		(27)	321	(148)	382
Depósitos judiciais		(244)	-	(190)	1.124
Fornecedores		39	-	3.709	594
Obrigações trabalhistas e sociais		54	1	(6.380)	9.390
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos		(74)	(88)	5.525	384
Adiantamento de clientes		-	-	(4.047)	12.433
Outras contas a pagar		37	5	5.550	1.266
Caixa gerado pelas atividades operacionais		4.278	5.707	31.224	42.912
Juros pagos sobre arrendamentos	13	-	-	(522)	-
Juros pagos		-	-	(5.705)	(1.762)
Imposto de renda e contribuição social		(839)	(741)	(2.314)	(13.265)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.439	4.967	22.683	27.885
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(1.281)	-	(8.856)	508
Aquisição de intangível		-	-	(330)	(657)
Aquisição de imobilizado	14	-	-	(3.245)	(10.653)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.281)	-	(12.431)	(10.802)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Distribuição de dividendos	10b	(1.709)	(145)	(1.709)	-
Antecipação de dividendos	10a	(2.880)	(4.629)	(2.880)	(4.629)
Empréstimos e financiamentos pagos	15	-	-	(15.617)	(22.792)
Pagamento de principal sobre arrendamento	13	-	-	(261)	-
Debêntures pagas	16	-	-	(6.921)	(3.280)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	-	23.621	13.935
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(4.589)	(4.774)	(3.767)	(16.766)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(2.431)	193	6.485	317
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	2.620	2.427	2.865	2.548
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	189	2.620	9.350	2.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Delga Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2000 que tem como objetivo principal a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades. Sua sede está localizada na rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, estado de São Paulo.

Impactos do COVID

O surto da pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas pelo governo no Brasil para mitigar sua disseminação impactaram a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. (“Delga Indústria” ou “Controlada”). Estas medidas obrigaram a Delga Indústria a fechar fábricas por quase dois meses durante 2020, além de ter que adequar sua estrutura de produção em função da queda abrupta de volumes. Isto teve um impacto negativo no desempenho financeiro da Controlada durante o ano e também na sua posição de liquidez.

A Companhia apresentou margem negativa nas demonstrações do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 9.597 (margem positiva de R\$ 67.460 em 2019) decorrente da queda abrupta da receita em função da pandemia do COVID-19, custos para reestruturação, em especial as rescisões trabalhistas, e não diluição dos custos fixos e despesas na mesma proporção da queda da receita, o que a Companhia entende que será revertido no próximo exercício em função da recuperação de volumes de produção e faturamento, com impacto positivo de novos negócios conquistados ao longo do período de junho a dezembro de 2020.

Para responder a um cenário negativo severo, a Administração tem a capacidade de tomar ações de mitigação para reduzir custos, otimizar o fluxo de caixa e preservar a liquidez.

Em março de 2020, quando foi reconhecida a pandemia da Covid-19, o Grupo sabia que 2020 seria um ano extremamente desafiador, e que seria necessário um esforço brutal, não só para mitigar os efeitos da crise, mas também para prepará-lo para a retomada dos negócios, sem descuidar da segurança e bem estar de seus colaboradores.

Na nota explicativa de eventos subsequentes das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019, a Administração informou um impacto negativo de 67,6% nas receitas consolidadas apenas no período de março a maio de 2020, com estimativa de queda de 40% no exercício 2020. Nesta mesma nota, foram informadas as principais medidas adotadas pelo Grupo para gestão da crise, com foco não apenas no curto prazo, porém, e, principalmente, no médio e longo prazo.

Já nas receitas de aluguéis da Controladora, a Companhia não sofreu impacto negativo por conta da pandemia, pois a maior parte dos aluguéis são provenientes da sua controlada Delga Indústria e todos as receitas de aluguéis possuem contratos vigentes.

Foi adotada uma gestão financeira extremamente rígida, focada na liquidez, apoiada em intensas negociações com clientes, fornecedores estratégicos e instituições financeiras, através da qual foi obtido o equilíbrio do caixa, evitando qualquer tipo de estresse comercial ou financeiro.

Internamente, foram tomadas várias medidas para adequar a estrutura das controladas a uma nova realidade e volume de negócios, a exemplo da redução de headcount e folha de pagamento, além de várias ações visando a redução de custos e despesas fixas, com utilização de ferramentas como a Medida Provisória para Manutenção do Emprego e Renda e negociações sindicais, entre outras.

Em termos de relacionamento com o mercado, o Grupo adotou uma postura de transparência total em relação aos impactos da crise e aos planos para sua superação, os quais foram bem aceitos e propiciaram o estreitamento de relacionamentos comerciais, fato demonstrado pela nomeação de novos projetos na Controlada Delga Indústria e Comércio S.A. com faturamento anualizado superior a R\$ 200 milhões.

Ainda há incerteza sobre como o futuro desenvolvimento da pandemia afetará os negócios do Grupo e a demanda dos clientes por seus produtos. Na data de autorização das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo dispunha de liquidez de caixa satisfatória.

As principais preocupações da Administração são:

- Desabastecimento de materiais: desde o 3º trimestre de 2020, a Controlada Delga Indústria e Comércio S.A. tem convivido com problemas no abastecimento de materiais, em especial, o aço, principal insumo, em função da velocidade de retomada de produção e entregas por parte das usinas. Além deste insumo, nos causa preocupação possível desabastecimento de outros materiais utilizados pela cadeia produtiva do setor automotivo, em função do risco de paradas de linha. Houve aumento significativo no custo do aço, porém, cremos em sucesso para os devidos repasses aos preços de vendas; e
- Possíveis reflexos negativos do aumento recente dos casos e as incertezas em relação ao cronograma de vacinação da população sobre a recuperação do setor Automotivo e economia em geral.

Baseada nesses fatores, a Administração está segura quanto a Companhia e suas controladas possuir recursos adequados disponíveis suficientes para a continuidade de suas operações. Ainda assim, caso o plano estabelecido não se concretize por algum motivo e a geração de caixa não seja a esperada, os acionistas se comprometem a prover com os recursos financeiros necessários para garantir a continuidade dos negócios pelo menos nos próximos 12 meses. A Companhia não identificou qualquer outro impacto significativo em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 decorrente dos efeitos da pandemia, tais como recuperabilidade dos ativos (impairment) e necessidade de revisão das provisões.

Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía participações nas seguintes empresas controladas (controle integral):

Delga Indústria e Comércio S.A. (“Delga Indústria”)

Constituída em 21 de agosto de 1968, com sede localizada na rua Álvares Cabral, nº 1.559, bairro Serraria, no Município de Diadema, estado de São Paulo, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul. As atividades da Delga Indústria estão relacionadas à estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. (“Fobrasa”)

Constituída em 26 de junho de 1973, com sede localizada na rua Almirante Lobo, nº 1.456, bairro do Ipiranga, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Fobrasa estão relacionadas à revenda de máquinas e equipamentos.

Tamet Estamparia Pesada Ltda. (“Tamet”)

Constituída em 23 de setembro de 1969, com sede localizada na rua Damásio Pinto, nº 47, bairro de Itaquera, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Tamet estão relacionadas à estamparia de metais em geral (atualmente sem atividades operacionais).

**Participação acionária
2020 e 2019**

Delga Indústria e Comércio S.A.	99,99%
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	99,99%
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	99,99%

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração da Companhia em 25 de junho de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 3(m) – Prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7**- Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de clientes: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 8** – Estoques – Reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescência dos estoques;
- **Nota explicativa nº 9** – Impostos a recuperar – Transações elegíveis para a tomada de crédito na mensuração dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo;
- **Nota explicativa nº 12** – Propriedades para investimento - Definição de vida útil remanescente dos bens classificados como propriedades para investimento;
- **Nota explicativa nº 14** - Ativo imobilizado - Definição de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado; e teste de redução do valor recuperável dos bens do ativo imobilizado pelo método de valor justo menos custo de venda com base em dados não observáveis significativos; e
- **Nota explicativa nº 22** - Provisão para perdas em processos judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

(iii) *Mensuração do valor justo*

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão classificados como Nível 2.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31.

(iv) *Transações que não envolveram caixa*

As transações da Companhia suas controladas que não envolveram movimentação de caixa são:

- Reclassificação de propriedade para investimento para ativo disponível para venda no montante de R\$ 944;
- Reconhecimento de direito de uso e arrendamento a pagar no montante de R\$ 13.291.

2.1 Retificação de erros imateriais

Durante o exercício de 2020, foi identificado que certos ativos da Controladora estavam classificados erroneamente como ativos imobilizados, quando deveriam ser classificados como propriedades para investimentos, além de o Grupo não ter calculado a depreciação sobre tais ativos durante todo o período desde a aquisição / transferência desses ativos pela Delga Participações S.A.. Também, foi identificado reconhecimento errôneo de reavaliação de alguns ativos imobilizados, registrada em 2014.

Consequentemente, as despesas de depreciação foram apresentadas a menor e o resultado apresentado a maior em decorrência da ausência de depreciação e da reavaliação dos ativos, bem como o ativo não circulante apresentado a maior.

Adicionalmente, o Grupo não havia apresentado apropriadamente no grupo de reserva legal no patrimônio líquido o saldo de reserva legal, o qual estava apresentado dentro do grupo de reserva de lucro.

Por último, o Grupo havia classificado os créditos fiscais de IR/CS da controlada Fobrasa no ativo circulante erroneamente, pois são créditos realizáveis a longo prazo e deveriam estar classificados no ativo não circulante.

Os erros imateriais foram corrigidos pela retificação dos valores correspondentes.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

Controladora

(i) Balanço patrimonial – 31 de dezembro de 2019

	Impactos da retificação de erros imateriais		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Corrigido
Total ativo circulante	16.446	-	16.446
<i>Propriedades para investimento</i>	-	17.774 (i)/(ii)	17.774
<i>(-) Depreciação Acumulada – Edifícios</i>	-	(3.830) (iii)	(3.830)
Propriedades para investimento - líquido	-	13.944	13.944
Imobilizado	22.048	(22.048) (i)	-
Outros ativos não circulantes	54.989	-	54.989
Total ativo não circulante	77.037	(8.104)	68.933
Total de ativos	93.483	(8.104)	85.379
Total de passivos	(2.110)	-	(2.110)
Total do patrimônio líquido	(91.373)	8.104 (iv)	(83.269)

(i) Reclassificação de Imobilizado para Propriedades para Investimento no montante de R\$ 22.048.

(ii) Baixa nos saldos de ativo imobilizado reavaliados no montante de R\$ 4.274.

(iii) Reconhecimento de depreciações acumuladas anteriores no montante de R\$ 3.560 e depreciação do exercício no montante de R\$ 270, totalizando o montante de depreciação em 2019 de R\$ 3.830.

(iv) Refere-se ao impacto em lucros acumulados dos ajustes de (ii) à (iii) acima, R\$ 4.274 mais R\$ 3.830.

(ii) Demonstração do resultado – 31 de dezembro de 2019

	Impactos da retificação de erros imateriais		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Corrigido
Receita Líquida	6.352	-	6.352
Custos dos produtos vendidos	(288)	-	(288)
Despesas adm., comerciais e gerais	(1.296)	(270) (i)	(1.566)
Outras (despesas) receitas operacionais	(7)	-	(7)
Resultado financeiro líquido	738	-	738
Resultado de equivalência patrimonial	1.714	-	1.714
Imposto de renda e contribuição social	(741)	-	(741)
Lucro líquido do exercício	6.472	(270)	6.202

(i) Reconhecimento da despesa de depreciação do exercício no montante de R\$ 270.

(iii) Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido – 31 de dezembro de 2019 (Controladora e Consolidado)

	Impactos da retificação de erros imateriais		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Corrigido
Capital social	28.488	-	28.488
Reserva de reavaliação	4.336	1	4.337
Reserva de lucro	58.549	(13.803) (i)/(ii)	44.746
Reserva legal	-	5.698 (i)	5.698
Total	91.373	(8.104)	83.269

(i) Reclassificação de reserva de lucro para reserva legal no montante de R\$ 5.698.

(ii) Efeitos dos ajustes mencionados no balanço e resultado acima no montante de R\$ 8.104.

Consolidado

(iv) Balanço patrimonial – 31 de dezembro de 2019

	Impactos da retificação de erros imateriais		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Corrigido
Impostos a recuperar	27.927	(1.383) (iv)	26.544
Outros ativos circulantes	166.126	-	166.126
Total ativo circulante	194.053	(1.383)	192.670
<i>Propriedades para investimentos</i>	-	8.961 (i)/(ii)	8.961
<i>(-) Depreciação Acumulada – Edifícios – Propriedade de Invest.</i>	-	(2.655) (iii)	(2.655)
Propriedades para investimento - líquido	-	6.306	6.306
<i>Imobilizado</i>	215.510	(13.235) (i)	202.275
<i>(-) Depreciação Acumulada – Edifícios – Imobilizado</i>	-	(1.175) (iii)	(1.175)
Imobilizado - líquido	215.510	(14.410)	201.100
Impostos a recuperar	15.847	1.383 (iv)	17.231
Outros ativos não circulantes	25.341	-	25.341
Total ativo não circulante	256.698	(6.721)	249.977
Total de ativos	450.751	(8.104)	442.647
Total de passivos	(359.378)	-	(359.378)
Total do patrimônio líquido	(91.373)	8.104 (v)	(83.269)

(i) Reclassificação de Imobilizado para Propriedades para Investimento no montante de R\$ 13.235. O valor não é igual a reclassificação da Controladora, demonstrado acima, pois a diferença de R\$ 8.813 refere-se a ativos alugados para Controlada Delga Indústria S.A. e, portanto, no consolidado permanecem classificados como ativo imobilizado, conforme requerido pela regra contábil.

(ii) Baixa nos saldos de ativo imobilizado reavaliados no montante de R\$ 4.274.

(iii) Reconhecimento de depreciações acumuladas anteriores de propriedade para investimento e imobilizado nos montantes de R\$ 2.655 e R\$ 1.175, respectivamente, totalizando o montante de depreciação em 2019 de R\$ 3.830, dos quais R\$ 3.560 referem-se a períodos anteriores e R\$ 270 referem-se ao exercício de 2019.

(iv) Reclassificação do crédito fiscal referente ao IR/CS da controlada Fobrasa de ativo circulante para não circulante no montante de R\$ 1.383.

(v) Refere-se ao impacto em lucros acumulados dos ajustes de (ii) à (iii) acima, R\$ 4.274 mais R\$ 3.830.

(v) **Demonstração do resultado – 31 de dezembro de 2019**

	Impactos da retificação de erros imateriais		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Corrigido
Receita Líquida	634.859	-	634.859
Custos dos produtos vendidos	(567.398)	-	(567.398)
Despesas adm., comerciais e gerais	(28.874)	(270) (i)	(29.144)
Outras (despesas) receitas operacionais	10.493	-	10.493
Resultado financeiro líquido	(40.243)	-	(40.243)
Imposto de renda e contribuição social	(2.365)	-	(2.365)
Lucro líquido	6.472	(270)	6.202

(i) Reconhecimento da despesa de depreciação do exercício no montante de R\$ 270.

As correções dos períodos correspondentes não tem impacto entre as atividades do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo o valor de R\$ 270 ajustando o lucro antes dos impostos e as despesas com depreciação, ambos na atividade operacional, sem trazer efeito.

3 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia ou suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

e. Estoques

Os estoques das controladas são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos líquidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos por suas controladas que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software

1- 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico, deduzida de depreciação acumulada, calculada pelo método linear (a vida útil dos Edifícios são de 25 anos, ou seja, são depreciados à 4% a.a.), e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecido no resultado.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A política da Companhia e de suas controladas para a constituição da provisão de crédito de liquidação duvidosa leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando:

- 100% do mercado privado com títulos vencidos acima de 360 dias;
- títulos vencidos acima de 360 dias para o mercado público desde que não haja nenhuma negociação em curso.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do cliente;
- Probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta das dificuldades financeiras;
- Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e de suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 - Inadimplência ou atrasos do devedor;

- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, representados substancialmente pelos estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de perda no valor de seus ativos não financeiros.

j. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Arrendamentos

Ativos arrendados

No início de um contrato, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a controlada usa a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. arrenda galpões. Esses arrendamentos normalmente duram cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos de galpões foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações.

Como arrendatária

A controlada Delga Indústria S.A. reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a Delga Indústria e Comércio S.A. exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada nas mesmas bases do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da controlada Delga Indústria e Comércio S.A.. Geralmente, usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

A taxa média ponderada aplicada pela controlada em 31 de dezembro de 2020 foi de 11,65% ao ano.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. O Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos

Como arrendadora

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a controladora Delga Participações aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a controladora aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

n. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional de venda de produtos (mercadorias e ferramental) de suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, ou seja, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo. O controle inclui a capacidade de evitar que outras entidades direcionem o uso do ativo e obtenham benefícios desse ativo.

Receita de Aluguel

A receita operacional de aluguéis de imóveis é reconhecida considerando os cinco passos: i) identificação dos contratos com os clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e atualização juros Selic sobre crédito de ação Pis e Cofins; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, descontos concedidos, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

p. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicasse a alíquota de 32%, para receitas de aluguéis e de 8% para receitas de venda de imóveis, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As controladas têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados utilizando o regime do lucro real, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Despesa imposto de renda e contribuição social diferidos

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

q. Demonstrações dos fluxos de caixa

Os dividendos pagos e antecipados são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros e, portanto adota essa política.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	5	5	31	35
Bancos conta movimento	184	2.615	9.319	2.830
	189	2.620	9.350	2.865

A análise de exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito está demonstrada na nota explicativa nº 31.

6 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras	12.962	11.681	22.300	13.444
	12.962	11.681	22.300	13.444
Circulante	12.962	11.681	20.009	11.802
Não circulante	-	-	2.291	1.642

As aplicações financeiras estão compostas 99% em aplicações em fundos de investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, e 1% em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

O objetivo do fundo é buscar proporcionar rentabilidade aos cotistas, por meio da aplicação dos seus recursos, preponderantemente, em ativos financeiros e modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI, divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. A exposição da carteira às oscilações da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI será mantida mesmo na hipótese de alta volatilidade dos preços dos ativos e dessa taxa de juros. Ver nota explicativa nº 31.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Clientes nacionais	2.967	3.536	31.604	51.125
Clientes estrangeiros	-	-	325	2.616
	2.967	3.536	31.929	53.741
(-) Antecipação de recebíveis (i)	-	-	(15.789)	(15.853)
(-) Provisão para perda esperada	-	(1.532)	-	(1.532)
	2.967	2.004	16.140	36.356

- (i) O saldo refere-se a operação bancária de antecipação de recebíveis efetuada pela controlada Delga Indústria e Comércio S.A. baseada na transferência de domicílio bancário simples sem garantia ou caução de contas a receber e sem coobrigação e com depósito de documentos pela controlada Delga Indústria e Comércio S.A..

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira individualizada de seus clientes, e estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas ocorridas na média dos últimos 3 anos; a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A provisão para perda esperada tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(1.532)	(1.532)	(1.532)	(1.914)
Baixas	1.432	-	1.432	-
Reversão	100	-	100	382
Saldo final	-	(1.532)	-	(1.532)

As controladas da Companhia vendem produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de Concentração
Volkswagen (“VW”)	25%
Scania	22%
General Motors (“GM”)	13%
Meritor	9%
Mercedes Benz	8%
Outros	23%
Total	100,00%

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A Vencer:				
A Vencer até 30 dias	-	560	19.907	40.693
A Vencer a mais de 30 dias	631	-	4.933	5.635
Total a vencer	631	560	24.840	46.328
Vencidos:				
de 1 a 30 dias	103	-	930	2.196
de 31 a 90 dias	72	64	815	1.039
de 91 a 180 dias	69	100	1.531	155
há mais de 180 dias	2.092	2.812	3.813	4.023
Total vencidos	2.336	2.976	7.089	7.413
Total geral	2.967	3.536	31.929	53.741

O contrato de empréstimo firmado pela Delga Indústria e Comércio S.A. com o BNDES, exige garantia de recebíveis equivalentes a 3 (três) parcelas a vencer registradas em conta separada no montante total de R\$ 1.642.

8 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	14.248	18.179
Produtos em elaboração	943	1.708
Produtos semi-acabados	30.783	33.807
Matérias primas	22.721	16.964
Materiais de consumo auxiliares e outros	2.142	1.951
Mercadorias para revenda	3.940	3.784
Sucata	81	85
Importação em andamento	-	8.040
Ferramentais em construções (i)	12.768	25.062
Adiantamento a fornecedores	1.247	4.789
	88.873	114.369

- (i) A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. efetuou a venda dos ferramentais às montadoras VW e GM, após passados os processos de aprovação, tendo assim a baixa dos saldos da conta supracitada.

Não há estoques das controladas dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A Companhia não registrou provisões para perda com estoques em 31 de dezembro de 2020 e 2019

9 Impostos a recuperar

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
IR a compensar	149	100

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
IPI a compensar	6.833	4.280
ICMS a compensar	101	1.840
COFINS a compensar	-	1.054
PIS a compensar	-	250
Créditos extemporâneos	567	567
Crédito ação PIS e COFINS - ICMS na base de cálculo (i)	102.258	31.388
IR a compensar	505	705
IR e CS - PERT	1.384	1.384
Pert	1.926	1.926
Outros	3.495	381
	117.069	43.775

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	41.095	26.544
Não circulante	75.974	17.231

(i) Em 29 de novembro de 2018 ocorreu o trânsito e julgado no qual a Controlada Delga Indústria obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada a discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Foi confirmado o direito da Controlada Delga Indústria de compensar os valores indevidamente recolhidos à título destes tributos no período de 2002 a 2016. Desta forma, a Controlada Delga Indústria considerou em sua melhor estimativa de valor a apuração dos créditos pelo método apurado. Como consequência, reconheceu o valor de R\$ 58.865 em 2018. Considerando a evolução do tema e baseado na avaliação atual da Controlada Delga Indústria, que leva em consideração novos fatos ocorridos em 2020 (prazo expirado para a União impetrar recursos após o trânsito em julgado – prazo para ação rescisória), a Controlada Delga Indústria reconheceu em 2020 os créditos daquela ação, porém correspondente a diferença do critério de apuração pela metodologia do ICMS destacado na nota fiscal, até então considerado ativo contingente pela Controlada Delga Indústria, no montante total de R\$ 86.131 na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$ 24.114 (28%) no circulante e R\$ 62.017 (72%) no não circulante, de acordo com estimativas de utilização, com contrapartida no resultado, sendo o principal de R\$ 58.134 em “Outras receitas operacionais” e R\$ 27.997, referente a atualização do crédito (Taxa Selic), em “Receitas financeiras”. Adicionalmente, a Controlada Delga Indústria possui créditos ainda não registrados por não haver elementos suficientes para a mensuração confiável do valor, referentes a filiais e períodos específicos que abrangem o período de 2002 a 2006.

A Controlada Delga Indústria registrou o montante de R\$ 6.322 referente aos honorários advocatícios incidentes sobre o êxito do processo, na rubrica de outras contas a pagar.

10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com suas controladas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

a. Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos a partes relacionadas (i)	1.034	859	-	-
Antecipação de dividendos (ii)	23.515	20.635	23.515	20.635

(i) Refere-se a empréstimos junto a Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. com prazo de vencimento indeterminado, com incidência de juros e atualização.

(ii) Refere-se a antecipação de dividendos junto aos acionistas da Companhia nos exercícios de 2018 a 2020 que serão compensados com distribuição futura de lucros.

Movimentação dos saldos – Controladora:

Empresa	31/12/2019	Recebimento principal	Provisão de juros	Recebimento de juros	31/12/2020
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	859	-	175	-	1.034

	31/12/2019	Antecipação de dividendos	Provisão de dividendos	31/12/2020
Antecipação dos dividendos	20.635	(2.880)	-	23.515

Movimentação dos saldos – Consolidado:

	31/12/2019	Antecipação de dividendos	Provisão de dividendos	31/12/2020
Antecipação dos dividendos	20.635	(2.880)	-	23.515

b. Passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos a pagar	210	1.709	210	1.709

Movimentação dos saldos – Controladora e Consolidado:

	31/12/2019	Pagamento de dividendos	Provisão de dividendos	31/12/2020
Dividendos a pagar	1.709	(1.709)	210	210

c. Resultado

	Controladora	
	2020	2019
<i>Receita de aluguel</i>		
Delga Indústria e Comércio S.A. (i)	2.346	2.126
Tamet Estamparia Pesada Ltda. (ii)	63	63
	2.409	2.189

- (i) Aluguel das instalações das filiais de Diadema e Ferraz de Vasconcelos da Delga Indústria e Comércio S.A. com prazo determinado e atualização com base no ICV/Diese e IGPM, respectivamente.
- (ii) Aluguel das instalações da controlada Tamet com prazo indeterminado e atualização com base no IGPM.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2020 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração foi de R\$ 2.268 (R\$ 3.140 em 2019) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego.

Os beneficiários finais da Companhia são os acionistas mencionados na nota explicativa nº 23.

11 Investimentos em controladas

a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldos em investimentos		
Delga Indústria e Comércio S.A.	50.946	31.872
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	-	528
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	658	1.065
Total	<u>51.604</u>	<u>33.465</u>
Investimentos com passivo a descoberto		
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	(1.856)	-
Total	<u>49.748</u>	<u>33.465</u>

b. Composição dos investimentos

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Capital social	47.299	8.204	704	-
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	-
Total do ativo das controladas	433.278	6.444	3.780	443.502
Total do passivo das controladas	(382.329)	(8.301)	(3.141)	(393.771)
Resultado do exercício das controladas	(19.270)	2.384	408	(16.478)
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2020	50.949	(1.857)	658	49.750
Resultado de equivalência patrimonial	19.268	(2.384)	(408)	16.476
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2020	<u>50.946</u>	<u>-</u>	<u>658</u>	<u>51.604</u>
Investimentos com passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>(1.856)</u>	<u>-</u>	<u>(1.856)</u>

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Capital social	47.299	8.204	704	-
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	-
Total do ativo das controladas	386.529	8.491	4.271	399.290
Total do passivo das controladas	(354.657)	(7.963)	(3.204)	365.824
Resultado do exercício das controladas	(3.725)	1.629	382	(1.714)
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2019	31.872	528	1.066	33.466
Resultado de equivalência patrimonial	3.725	(1.629)	(382)	1.714
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2019	<u>31.872</u>	<u>528</u>	<u>1.066</u>	<u>33.465</u>

c. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2020	31.872	528	1.066	33.465
Equivalência patrimonial	19.268	(2.384)	(408)	16.476
Dividendos a receber	(192)	-	-	(192)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.946	(1.856)	658	49.748

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Saldos em 1º/01/2019	28.147	2.157	1.448	31.752
Equivalência patrimonial	3.725	(1.629)	(382)	1.714
Saldos em 31/12/2019	31.872	528	1.066	33.465

12 Propriedades para investimento

a. Conciliação do valor contábil

Controladora

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	13.944	14.214
Reclassificação para ativo mantido para venda	(944)	
(-) Depreciações	(271)	(270)
Saldo final	12.729	13.944

Consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	6.306	6.498
Reclassificação para ativo mantido para venda	(944)	-
(-) Depreciações	(193)	(192)
Saldo final	5.169	6.306

Propriedades para investimentos incluem uma série de imóveis comerciais e residenciais que são arrendados a terceiros e partes relacionadas.

b. Mensuração do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

	Valor Contabil	Valor Justo
Terrenos	10.199	183.339
Edifícios	2.530	145.365
Saldo final	12.729	328.704

13 Direito de uso e arrendamentos a pagar

A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. arrenda galpões. Esses arrendamentos normalmente duram cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos de galpões foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações.

O Grupo arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. O Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos

A taxa nominal média aplicada no cálculo dos arrendamentos foi de 11,65% ao ano.

a. Movimentação direito de uso (consolidado)

	Terrenos e edifícios
Em 1º de janeiro de 2020	-
Adições a ativos de direito de uso	13.291
Despesas de depreciação do exercício	(886)
Em 31 de dezembro de 2020	12.405

b. Movimentação dos arrendamentos a pagar (consolidado)

	31/12/2019	Adição	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2020
	-	13.291	(261)	(522)	522	13.030
	-	13.291	(261)	(522)	522	13.030
				2020		2019
Arrendamentos a pagar				13.030		-
Circulante				1.239		-
Não Circulante				11.791		-

O reconhecimento dos contratos de arrendamentos são transações que não afetam caixa.

14 Ativo imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

a. Custo - Consolidado

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2020
Terrenos	5.442	-	-	-	5.442
Edifícios	13.913	-	-	-	13.913
Gastos pré-operacionais	1.956	-	(1.360)	-	596
Instalações	22.358	70	-	-	22.428
Máquinas e equipamentos	194.215	522	-	-	194.737
Móveis e utensílios	1.065	19	-	-	1.084
Veículos	1.796	22	-	-	1.818
Equipamentos CPD	1.807	28	-	-	1.835
Aparelhos e acessórios	5.038	10	-	-	5.048
Benfeitorias em imóveis	54.857	-	-	-	54.857
Veículos industriais	95	-	-	-	95
Instalações administrativas	409	-	-	-	409
Embalagens Industriais	6.372	869	-	-	7.241
Bens de pequeno valor	-	1	-	-	1
Ferramentas	292	-	-	-	292
Imobilizações em andamento	9.253	1.704	-	-	10.957
Total do custo	318.868	3.245	(1.360)	-	320.753

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
Terrenos	5.442	-	-	-	5.442
Edifícios	13.913	-	-	-	13.913
Gastos pré-operacionais	2.214	-	(258)	-	1.956
Instalações	21.460	1.786	(888)	-	22.358
Máquinas e equipamentos	199.347	1.798	(6.932)	2	194.215
Móveis e utensílios	1.628	110	(673)	-	1.065
Veículos	1.853	-	(57)	-	1.796
Equipamentos CPD	1.834	82	(109)	-	1.807
Aparelhos e acessórios	6.311	119	(1.392)	-	5.038
Benfeitorias em imóveis	54.891	-	(34)	-	54.857
Veículos industriais	496	-	(401)	-	95
Instalações administrativas	370	39	-	-	409
Embalagens Industriais	6.105	279	(10)	(2)	6.372
Bens de pequeno valor	29	105	(135)	-	-
Ferramentas	834	5	(546)	-	292
Imobilizações em andamento	3.530	6.330	(607)	-	9.253
Total do custo	320.257	10.653	(12.042)	-	318.868

b. Depreciação acumulado - Consolidado

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Edifícios	4	(11.277)	(2.658)	-	(13.935)
Instalações	10	(13.057)	(1.415)	-	(14.472)
Máquinas e equipamentos	5	(82.042)	(7.965)	-	(90.007)
Móveis e utensílios	10	(769)	(58)	-	(827)
Veículos	20	(1.393)	(6)	-	(1.399)
Equipamentos CPD	20	(1.689)	(35)	-	(1.724)
Aparelhos e acessórios	10	(4.033)	(447)	-	(4.480)
Veículos industriais	20	(94)	-	-	(94)
Embalagens industriais	10	(2.926)	(731)	-	(3.657)
Bens de pequeno valor	100	-	(1)	-	(1)
Instalações administrativas	20	(232)	(32)	-	(264)

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Ferramentas	10	(256)	(6)	-	(262)
Total da depreciação acumulada		(117.768)	(13.354)	-	(131.122)
Imobilizado líquido		201.100	(10.109)	(1.360)	189.631

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Edifícios	4	(8.626)	(2.682)	31	(11.277)
Instalações	10	(12.562)	(1.383)	888	(13.057)
Máquinas e equipamentos	5	(80.636)	(8.125)	6.719	(82.042)
Móveis e utensílios	10	(1.327)	(87)	645	(769)
Veículos	20	(1.437)	(13)	57	(1.393)
Equipamentos CPD	20	(1.759)	(39)	109	(1.689)
Aparelhos e acessórios	10	(4.905)	(473)	1.345	(4.033)
Veículos industriais	20	(495)	-	401	(94)
Embalagens industriais	10	(2.297)	(629)	-	(2.926)
Bens de pequeno valor	100	(29)	-	29	-
Instalações administrativas	20	(201)	(31)	-	(232)
Ferramentas	10	(767)	(13)	524	(256)
Total da depreciação acumulada		(115.041)	(13.475)	10.748	(117.768)
Imobilizado líquido		205.216	(2.822)	(1.294)	201.100

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. tinha imóveis dados em garantia de dívidas, no valor líquido contábil de R\$ 16.308.

Não houve custos de capitalização de empréstimos oriundos de imobilização incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

15 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo de empréstimos e financiamentos consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim demonstrada:

Consolidado

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2020	31/12/2019
Bradesco e Banco do Brasil	Finame	Reais	15/01/2020	2,50% a 6,00% a.a.	-	232
Daycoval, Santander, Banco do Brasil e Bradesco	Capital de giro	Reais	31/10/2022	6,60% a 15,39% a.a	31.210	18.428
BNDES	Capital de giro	Reais	05/08/2021	4,17% a.a. + SELIC	6.485	9.701
				Total	37.695	28.361
				Passivo circulante	19.113	14.622
				Passivo não circulante	18.582	13.739

Principais *Covenants*: Não sofrer protesto cambiário, não requer recuperação extrajudicial ou judicial, não haver processo de falência, não sofrer ação judicial ou procedimento fiscal que coloque em risco as garantias constituídas, não promover alterações societárias relacionadas a fusão, cisão, liquidação, dissolução, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária sem a prévia anuência do banco, não realizar distribuição ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortizações de ações, bonificações em dinheiro ou quaisquer outras modalidades de remuneração que seja devida aos acionistas, exceto os dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei 6404/76, limitado a 25% do lucro líquido do período.

O escalonamento da dívida está assim demonstrado:

Ano	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	7.985
2022	13.017	5.754
2023	5.565	-
	<u>18.582</u>	<u>13.739</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

31/12/2019	Captação	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2020
28.361	23.621	(15.617)	3.322	(1.992)	37.695
<u>28.361</u>	<u>23.621</u>	<u>(15.617)</u>	<u>3.322</u>	<u>(1.992)</u>	<u>37.695</u>
31/12/2018	Captação	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2019
37.506	13.931	(22.792)	(211)	(73)	28.361
<u>37.506</u>	<u>13.931</u>	<u>(22.792)</u>	<u>(211)</u>	<u>(73)</u>	<u>28.361</u>

Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Cláusulas restritivas *Covenants*

A Companhia e suas controladas atenderam as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

16 Debêntures

Em 14 de abril de 2014 foi emitida pela controlada Delga Indústria e Comércio S.A. a 2ª emissão de debêntures privadas não conversíveis em ações com a liquidação da 1ª emissão:

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	12 de setembro de 2024

Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	Debêntures da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussória e real, nos termos do artigo 58, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações conforme descritas nas cláusulas 4.10 e 4.11 do instrumento particular.
Forma:	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal:	A cada debênture a partir de 06 de setembro de 2019: Taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros +1,00% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.
Pagamento do principal:	R\$ 90.000 serão pagos em 48 parcelas mensais a partir de 12/10/2020, junto com a remuneração mensal.
Garantias:	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros:	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019. Para 2020, a Companhia obteve <i>waiver</i> em decorrência da pandemia. Para 2021, o índice será igual ou menor que 5,0, em 2022 será igual ou menor 3,5 e em 2023 será igual ou menor 3,0.
Obrigações adicionais - Outras	Não haver variação negativa superior a 10% dos ativos imobilizados líquidos do grupo econômico; não distribuição ou pagamento de dividendos de lucros aos acionistas da emissora em valor superior a 50% do lucro líquido limitado a R\$ 7 milhões; e entrega das demonstrações financeiras auditadas até 31 de março de 2021, porém a Companhia obteve <i>waiver</i> até 31 de maio de 2021.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação com vencimento final em 12 de outubro de 2024.

O vencimento da dívida de longo prazo está assim demonstrado:

Ano	2022	2023	2024	Total
	15.030	15.257	58.786	89.073

A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. incorreu em custos de captação, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 199 (R\$ 3 em 2019).

Em 2021, a Companhia assinou o 15º aditamento junto aos debenturistas, o qual contempla as seguintes alterações:

- Taxa da operação: Manutenção de CDI + 1,00% a.a. até setembro de 2021. Caso não ocorra antecipação do pagamento de BRL 40 MM (via alienação de imóveis ou exercício de cash sweep), aumento para taxa de CDI + 2,00% a.a., a partir de outubro de 2021;
- Período de carência: Carência de pagamento de Principal até setembro de 2021;

- Distribuição de dividendos: A Companhia não poderá distribuir dividendos e não poderá realizar mútuos aos acionistas;
- Além do *waiver* do *covenant* financeiro (Dívida líquida/EBITDA) mencionados acima.

Movimentação das debêntures

31/12/2019	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2020
99.561	-	(6.921)	4.052	(3.713)	92.979
99.561	-	(6.921)	4.052	(3.713)	92.979

31/12/2018	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2019
100.320	-	(3.280)	4.210	(1.689)	99.561
100.320	-	(3.280)	4.210	(1.689)	99.561

Cláusulas restritivas *Covenants*

O contrato de Debênture esta sujeito a cláusulas restritivas, que estabelece a manutenção de índices financeiros e não financeiros, tomando como base as demonstrações contábeis consolidadas do Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia quebrou o *covenant* financeiro (Dívida líquida/EBITDA), porém obteve *waiver* e, portanto, não reclassificou o saldo de debêntures para o passivo circulante.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	42	3	55.018	45.512
Fornecedores do exterior	-	-	2.505	8.302
	42	3	57.523	53.814

Os fornecedores estão representados basicamente por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral dentro do curso normal dos negócios.

18 Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ordenados e salários	-	-	7.080	2.659
Encargos sociais - INSS e FGTS	12	1	6.952	13.718
Provisão de férias e encargos	71	29	12.589	13.197
Rescisões a pagar	-	-	542	3
Outras obrigações trabalhistas	1	-	1.553	5.519
	<u>84</u>	<u>30</u>	<u>28.716</u>	<u>35.096</u>

19 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a recolher	-	-	4.613	3.882
ISS a recolher	-	-	81	31
IRRF a recolher	-	-	38	41
PIS e COFINS a recolher	23	40	1.773	2.823
Outros	19	6	5.659	5.992
	<u>42</u>	<u>46</u>	<u>12.164</u>	<u>12.769</u>

20 Parcelamentos de impostos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS (i)	-	-	46.061	49.975
IPTU	-	19	-	25
PGFN PAES Lei 11.941/09	-	-	1.558	3.916
PIS E COFINS	-	-	8.627	11.851
INSS (iii)	-	51	25.575	14.763
CPRB	-	-	5.553	-
PERT RFB (ii)	-	-	15.701	16.415
	<u>-</u>	<u>70</u>	<u>103.075</u>	<u>96.945</u>
Circulante	-	63	29.182	21.662
Não circulante	-	7	73.893	75.283

(i) **ICMS**

Entre 2007 e 2015, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A., efetuou pedido de parcelamentos de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para amortização em períodos que variam de 7 a 120 meses (até 11/2025). Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.

(ii) **PERT Lei 13.496/17**

Em 14 de novembro de 2017 a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. aderiu ao novo parcelamento nas modalidades RFB e PGFN. Em 31 de dezembro de 2019, houve a consolidação do parcelamento junto a RFB na modalidade DEMAIS- PERT “III b”. Tal modalidade prevê o pagamento, com uma entrada de 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante parcelado em até 145 prestações mensais e sucessivas (até 04/2030), com redução de 80% dos juros de mora e 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas, conforme o art. 2º da lei nº 13.496/2017.

(iii) **INSS e RFB Lei 11.941/09**

Em 25 de novembro de 2009, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. optou por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. formalizou a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei, sendo que em 31 de dezembro de 2019, restavam para a Companhia as parcelas de nºs 98 a 180 (82 parcelas) a serem pagas, relativas a débitos referente ao Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Demais Débitos - PGFN. Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

Em 2 de julho de 2020, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. formalizou nova opção pelo referido parcelamento no valor total de R\$ 16.361, em até 60 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

Escalonamento dos parcelamentos

2021	2022	2023	2024	2025	2026	TOTAL
28.988	27.191	18.653	15.280	7.109	5.854	103.075

21 Adiantamento de clientes (Consolidado)

	2020	2019
Adiantamento de clientes	21.353	25.400
Total	<u>21.353</u>	<u>25.400</u>
Circulante	12.686	25.400
Não circulante	<u>8.667</u>	<u>-</u>

Em 2020 a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. obteve R\$ 17.000 de adiantamento de clientes por conta de dois contratos junto à clientes decorrentes de alguns acordos comerciais firmados.

Um dos contratos no valor de R\$ 10.000 possui o prazo de 36 meses e prevê um bônus de performance financeira no valor máximo de R\$ 5.000 caso a Companhia atinja certos KPI's acordados nos três períodos determinados em contrato.

O bônus acima será calculado de maneira proporcional, sendo que o mínimo a ser atingido pela Companhia para fazer jus ao bônus é de 70% em cada um dos três períodos.

O adiamento será liquidado considerando a compensação do saldo a pagar com o saldo a receber pela controlada Delga Indústria e Comércio S.A. pelo fornecimento de peças, em 36 parcelas mensais e iguais no montante de R\$ 277, sendo a primeira parcela a partir de abril de 2021.

O outro contrato no montante de R\$ 7.000 possui o prazo de 24 meses e será liquidado também considerando compensação do saldo a pagar com o saldo a receber pela controladora Delga Indústria e Comércio S.A. pelo fornecimento de peças, em 18 parcelas mensais e iguais no montante de R\$ 389, sendo a primeira parcela a partir de maio de 2021.

22 Provisões para perdas em processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Controladora

Natureza	31/12/2019	31/12/2020
Trabalhistas	98	98
	<u>98</u>	<u>98</u>

Natureza	31/12/2018	31/12/2019
Trabalhistas	98	98
	<u>98</u>	<u>98</u>

Consolidado

Natureza	31/12/2019	31/12/2020
Trabalhistas	1.566	1.566
	<u>1.566</u>	<u>1.566</u>

Natureza	31/12/2018	31/12/2019
Trabalhistas	1.566	1.566
	1.566	1.566

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente, os quais totalizam os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais	274	30	2.738	2.548

Processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. possui contingências passivas trabalhistas no montante de R\$ 13.693 (R\$ 30.403 em 2019 – trabalhistas e tributárias em 2019), que na opinião de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda é classificada como possível. A redução se deu essencialmente por conta de uma ação de execução fiscal no montante de R\$ 21.850, composta por três inscrições, que a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. fez um acordo e o valor foi reduzido para R\$ 4.160, o qual foi parcelado para pagamento.

23 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 28.488, representado por 28.544.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	31/12/2020	31/12/2019
Maria Ione Victollo Delgado	54,28%	54,28%
Antonio Augusto Delgado Junior	15,24%	15,24%
Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel	15,24%	15,24%
Carla Milena Delgado	15,24%	15,24%
	100,00%	100,00%

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social desde que a Companhia não tenha prejuízos acumulados superiores ao lucro auferido.

Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

24 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de venda de mercadoria	-	-	461.448	744.253
Receita de ferramental	-	-	34.826	51.348
Receita de serviços	-	-	344	655
Receita de aluguéis	7.309	6.581	5.608	4.392
Deduções da receita	(189)	(229)	(110.022)	(165.789)
Receita líquida	7.120	6.352	392.204	634.859

A rubrica de deduções da receita está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Devoluções	-	-	(3.332)	(7.692)
ICMS	-	-	(69.123)	(97.263)
PIS	(33)	(41)	(6.689)	(10.873)
COFINS	(156)	(188)	(30.871)	(49.916)
Outros	-	-	(7)	(45)
Total de deduções da receita	(189)	(229)	(110.022)	(165.789)

25 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mão de obra direta	(478)	(288)	(75.037)	(77.710)
Materiais diretos	-	-	(221.556)	(310.333)
Outros custos diretos	-	-	(37.957)	(49.744)
Depreciações e amortizações	-	-	(13.648)	(12.632)
Custos indiretos de fabricação	-	-	(52.260)	(115.208)
Custos revenda mercadorias	-	-	(1.343)	(1.771)
	(478)	(288)	(401.801)	(567.398)

26 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesa com pessoal	-	-	(12.052)	(15.053)
Serviços de consultoria	(86)	(73)	(9.733)	(4.278)
Gastos mercadológicos	-	-	(134)	(167)
Depreciações e amortizações	(271)	(270)	(957)	(1.127)
Seguros	-	-	(703)	(878)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Processamento de dados	-	-	(1.543)	(1.927)
Impostos e taxas	(1.076)	(1.008)	(143)	(179)
Outras	(387)	(214)	(2.729)	(5.535)
	(1.820)	(1.566)	(27.944)	(29.144)

27 Outras (despesas) receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Crédito Ação PIS e COFINS - Exclusão				
ICMS - Principal - Nota 9	-	-	58.134	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	-	968	(296)
Outras receitas operacionais diversas	-	(7)	1.032	1.338
Renegociação de Debênture	-	-	-	6.761
Ganho com Parcelamento	-	-	-	910
Reversão de PCLD	100	-	100	-
Ganho parcelamento PERT - Redução multa e Juros	-	-	-	1.780
	100	(7)	60.234	10.493

28 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros e descontos	330	236	2.122	2.859
Juros - atualização crédito PIS e COFINS – exclusão ICMS - Nota 9	-	-	27.997	1.864
Descontos obtidos	-	-	1.574	-
Aplicações financeiras	330	708	376	826
Variação monetária ativa	-	1	-	334
Variação cambial ativa	-	-	1.616	3.829
	660	945	33.684	9.712
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(76)	(4)	(238)	(397)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(82)	(86)	(7.374)	(23.218)
Juros e encargos sobre parcelamentos	-	-	(6.923)	(5.360)
Juros, descontos e IOF	(11)	-	(1.941)	(3.785)
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	-	(1.446)	(2.414)
Variação cambial passiva	-	-	(2.087)	(3.254)
Variação monetária passiva	-	(92)	(600)	(5.825)
Outras	(4)	(25)	(4.791)	(5.702)
	(173)	(207)	(25.400)	(49.955)
Resultado financeiro líquido	487	738	8.284	(40.243)

29 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

Controladora

	2020	2019
Receita bruta de aluguéis	7.309	6.581
Alíquota de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	2.339	2.106
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de aluguéis	<u>(795)</u>	<u>(716)</u>
Outros	<u>(87)</u>	<u>(25)</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício – corrente	<u><u>(882)</u></u>	<u><u>(741)</u></u>

Em 2020 e 2019, a controladora Delga Participações S.A. foi tributada pelo lucro presumido aplicando 32% sobre o faturamento bruto.

Consolidado

	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	30.927	8.567
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	(10.515)	(2.913)
Empresa tributada pelo lucro presumido (*)	1.839	1.778
Adição permanente de despesas não dedutíveis	2.388	353
Exclusão permanente de receitas não tributáveis	(1.050)	(741)
Outros	<u>(2.586)</u>	<u>(842)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício corrente e diferido	<u><u>(9.924)</u></u>	<u><u>(2.365)</u></u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - Corrente	<u>(10.927)</u>	<u>(2.365)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício – Diferido	<u>1.003</u>	<u>-</u>
<i>Alíquota efetiva</i>	32%	28%

(*) O consolidado considera apenas as controladas Delga Indústria e Comércio S.A., Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda e Tamet Estamparia Pesada Ltda que são tributadas pelo lucro real, exceto a controladora Delga Participações que é tributada pelo lucro presumido.

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação:

Passivo

	Consolidado	
	2020	2019
Depreciação	-	(1.003)
Passivo fiscal diferido	-	(1.003)

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporária. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL do grupo não reconhecidos são de R\$ 26.829 (R\$ 41.625 em 31 de dezembro de 2019). Os impostos fiscais diferidos não foram reconhecidos em relação a esses itens, pois a Companhia não tem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes, com base em estudo de viabilidade técnica, o que permitiria o registro de impostos fiscais diferidos conforme exigido pela norma contábil.

30 Lucro básico por ação (controladora e consolidado)

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	21.003	6.202
Quantidade de ações ordinárias (nota 23)	28.544.623	28.544.623
Lucro por ação - básico (em R\$)	0,0007	0,0002

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não haviam ações ordinárias em circulação ou outros fatores de diluição.

31 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Companhia e suas controladas não possuem políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora			
		2020		2019	
Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	189	-	2.620
Aplicações financeiras	6	12.962	-	11.681	-
Contas a receber de clientes	7	-	2.967	-	2.004
Empréstimos à partes relacionadas	10	-	1.034	-	859
Outros créditos		-	261	-	41
		12.962	4.451	11.681	5.524
		2020		2019	
Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Passivo					
Fornecedores	17	-	42	-	3
Outras contas a pagar		-	42	-	5
		-	84	-	8
		Consolidado			
		2020		2019	
Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	9.350	-	2.865
Aplicações financeiras	6	22.300	-	13.444	-
Contas a receber de clientes	7	-	16.140	-	36.356
Outros créditos		-	1.005	-	858
		22.300	26.495	13.444	40.079
		2020		2019	
Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	15	-	37.694	-	28.361
Debêntures	16	-	92.979	-	99.561
Fornecedores	17	-	57.523	-	53.814
Adiantamento de clientes	21	-	21.353	-	25.400

	2020		2019	
Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Arrendamentos a Pagar	-	13.030	-	-
Outras contas a pagar	-	7.079	-	1.527
	-	229.658	-	208.663

Valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão compostas de 99% em aplicações em fundos de investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, e 1% em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, não divergem dos saldos contábeis.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas possuem práticas e procedimentos para minimizar riscos de mercado, tais como risco de crédito, de variação cambial e flutuação de taxa de juros. As exposições aos riscos são monitoradas periodicamente.

a. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e realiza também a antecipação de pagamentos antes do faturamento limite. No que tange às instituições financeiras, a Companhia procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. Para contas a receber por vendas, a Companhia não possui provisão para perdas esperadas de créditos, conforme mencionado na Nota explicativa nº 7.

b. Risco de preço das mercadorias vendidas, dos produtos adquiridos ou serviços prestados

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos e serviços comercializados pela Companhia e suas controladas e dos demais materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia e suas controladas. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

c. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas.

d. Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia e suas controladas ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas não opera com mecanismos de *hedge* e outras modalidades de proteção para exposição cambial.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de moeda estrangeira (Dólar) foi a seguinte - base em valores nominais:

<i>(Em milhares de USD)</i>	31/12/2020	31/12/2019
Clientes do exterior (Nota nº 7)	325	649
Fornecedores do exterior (Nota nº 17)	<u>(2.505)</u>	<u>(2.060)</u>
Exposição líquida do balanço patrimonial	<u>(2.180)</u>	<u>(1.562)</u>

Taxas de câmbio utilizadas em 31 de dezembro de 2020

USD/BRL 5,1961

Análise de sensibilidade sobre variação cambial

Exposição patrimonial	Exposição	Taxa de câmbio em 31/12/2020	Cenários				
			I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Clientes do Exterior	63	5,196	325	409	491	246	164
Fornecedores do Exterior	(482)	5,196	<u>(2.505)</u>	<u>(3.131)</u>	<u>(3.757)</u>	<u>(1.878)</u>	<u>(1.252)</u>
Impacto no resultado			<u>(2.180)</u>	<u>(2.721)</u>	<u>(3.266)</u>	<u>(1.633)</u>	<u>(1.089)</u>

Análise de sensibilidade sobre variação na taxa de juros

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas no mercado financeiro para projeções de investimentos divulgadas pelo Itaú BBA. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Controladora						
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros esperada em 31/12/2021	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	12.962	Variação do CDI	5,39%	<u>699</u>	<u>873</u>	<u>1.048</u>	<u>524</u>	<u>349</u>
				<u>699</u>	<u>873</u>	<u>1.048</u>	<u>524</u>	<u>349</u>

Consolidado				Cenários				
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros esperada em 31/12/2021					
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Aplicações financeiras	22.300	Variação do CDI	5,39%	1.202	1.502	1.803	901	601
Empréstimos e financiamentos	(37.695)	Variação do CDI	5,39%	(2.032)	(2.540)	(3.048)	(1.524)	(1.016)
Debêntures	(92.979)	Variação do CDI	5,39%	(5.012)	(6.264)	(7.517)	(3.759)	(2.506)
Impacto no resultado				(5.842)	(7.302)	(8.762)	(4.382)	(2.921)

a. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia e de suas controladas no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Controladora					
	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º Ano
31 de dezembro de 2020					
Fornecedores (Nota nº 17)	42	42	42	-	-
Outras contas a pagar	42	42	42	-	-
	84	84	84	-	-

Controladora					
	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º Ano
31 de dezembro de 2019					
Fornecedores (Nota nº 17)	3	3	3	-	-
Outras contas a pagar	5	5	5	-	-
	8	8	8	-	-

Consolidado					
31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º Ano
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 15)	37.694	37.694	21.113	13.017	3.564
Debêntures (Nota nº 16)	92.979	92.979	3.906	15.030	74.043
Fornecedores (Nota nº 17)	57.523	57.523	57.523	-	-
Adiantamento de clientes (Nota nº 21)	21.353	21.353	21.353	-	-
Arrendamentos a Pagar (Nota nº 13)	13.030	13.030	1.239	2.766	9.025
Outras contas a pagar	7.079	7.079	3.047	2.716	1.316
	<u>229.658</u>	<u>229.658</u>	<u>108.181</u>	<u>33.529</u>	<u>87.948</u>

Consolidado					
31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º Ano
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 15)	28.361	28.361	14.622	7.985	5.754
Debêntures (Nota nº 16)	99.561	99.561	16.081	19.494	63.986
Fornecedores (Nota nº 17)	53.814	53.814	53.814	-	-
Adiantamento de clientes (Nota nº 21)	25.400	25.400	25.400	-	-
Outras contas a pagar	1.527	1.527	1.527	-	-
	<u>208.663</u>	<u>208.663</u>	<u>111.444</u>	<u>27.479</u>	<u>69.740</u>

32 Eventos subsequentes

Impactos do COVID-19

A controlada Delga Industria e Comercio S.A., iniciou 2021 bastante otimista em relação a retomada do volume de negócios de 2019 já no exercício corrente, baseada nas projeções de produção dos clientes e nos novos projetos para os quais foi nomeada.

De janeiro a maio de 2021, a controlada Delga Industria e Comercio S.A apresentou um faturamento líquido 108,1% superior ao registrado no mesmo período de 2020.

Já as operações de arrendamentos da controladora, não houve impacto decorrentes do COVID-19 conforme mencionado na nota explicativa 1.

A Administração julga que o Grupo está saindo fortalecido da crise e melhor preparada para lidar com as preocupações e incertezas que ainda pairam sobre os negócios e a economia em geral, e segue acompanhando os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Mauro Koji Noda
Diretor Administrativo Financeiro

Confirp Consultoria Contabil Ltda
Contador CRC 2SP.014.230/O-3